



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 302468-6 –
Comarca do Recife**

Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Embargado: Marcos Antonio da Costa.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame da matéria já decidida. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não se considerando malferidos os arts. 145, 422, 436 e 437, do CPC, tampouco o art 86, § 1º da Lei Federal nº 8.213/91, pela fundamentação exposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 302468-6, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Sabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

168

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 302468-6 –
Comarca do Recife**

Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Embargado: Marcos Antonio da Costa.

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração em face de acórdão assim
ementado:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REABERTURA DO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. AGRAVADO QUE NÃO TEM CAPACIDADE DE EXERCER ATIVIDADES LABORAIS. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Precipitou-se a autarquia agravante em cancelar o benefício auxílio-doença acidentário, espécie 91, sob o argumento de que a incapacidade do obreiro havia cessado. 2. Avaliação de incapacidade realizada em momento anterior aos atestados médicos colacionados pelo agravado e que constata a permanência da sua incapacidade para o labor. 3. Importa levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do segurado, deve ser aproveitado àquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação ao órgão previdenciário. 4. Recurso de agravo improvido à unanimidade (RAAC- 302468-6, 2ªCDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 13/06/2013).

Sustenta o embargante, a inaplicabilidade do art. 557 ao caso em análise, aduzindo, que o laudo produzido pelo perito oficial consiste, indiscutivelmente, em prova técnica inatacável, no sentido de que o ora embargado simplesmente não está acometido de qualquer doença incapacitante, havendo nos autos apenas mera declaração de que estaria incapacitado.

Por fim, requer o embargante, para fins de prequestionamento, a manifestação expressa acerca dos arts. 145, 422, 436 e 437, ambos do CPC, bem como do art. 86, § 1º, da Lei Federal nº 8.213/91, ditos violados.

É o relatório.

VOTO

Busca-se nesta sede, para fins de prequestionar a matéria, o pronunciamento explícito a respeito dos arts. 145, 422, 436 e 437, do CPC, bem como do art. 86, § 1º, da Lei Federal nº 8.213/91.

De proêmio, entendo correta a aplicabilidade do art. 557 à espécie em tela, pois a matéria controvertida em questão se encontra sedimentada na jurisprudência do STJ e desta Corte local de Justiça, no sentido de que o juiz não

~

169
está adstrito ao laudo do perito oficial, podendo decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam.

Sendo assim, as declarações médicas acostados pelo ora embargado ao longo de todo o trâmite da ação originária, inclusive após a sentença, concluem, no mínimo, pela redução de sua capacidade laborativa, restando robusta a documentação comprobatória acerca da existência de nexo de causalidade entre a lesão de que é portador e o trabalho desempenhado.

No caso em apreço, não há omissão a ser sanada, segundo se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

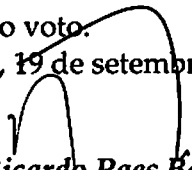
Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ com arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

Por fim, se há eventual *error in judicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não se considerando malferidos os arts. 145, 422, 436 e 437, do CPC, tampouco o art. 86, § 1º, da Lei Federal nº 8.213/91.

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator